

# **Estado Novo, Intelectualidade, Nacionalidade e Educação**

**Luiz Carlos Bento**

O Estado-Nação, identificado como um Estado centralizador em torno de um governo estabelecido, em um determinado espaço territorial, em que seus habitantes encontrem-se irmanados, assumiu esta configuração de acordo com Benedict Anderson em 1884. Neste momento iniciou-se um processo de estabelecimento de uma “comunidade política imaginada”, que pode ser entendida como um espaço privilegiado onde a “relação entre o novo e o velho, passado e presente, tradição e modernidade” é o alicerce fundamental e apropriado para se criar uma identidade nacional.

O Estado-Nação, mesmo sendo um fenômeno histórico recente, incorporou uma série de elementos anteriores, criando a impressão de um passado imemorial, naturalizando suas origens históricas e inventando para si próprio uma tradição capaz de legitimá-lo, garantindo desta forma a sua viabilidade político-institucional. Por “tradição inventada” entende-se a partir da definição de Hobsbawm, como um conjunto de práticas, normas reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas pela comunidade; tais práticas são de natureza ritual ou simbólica e visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma relação de continuidade com o passado (HOBBSAWM, 1995).

Os debates em torno dos possíveis destinos da Nação brasileira sempre foram um tema que chamou atenção dos intelectuais ao longo do século XIX. Durante o período Imperial os intelectuais procuravam viabilizar uma solução política para a resolução dos problemas da nação brasileira. A política era o território privilegiado para uma atuação salvadora, que fosse capaz de garantir a inserção do Brasil no quadro dos países civilizados. A grande pretensão do Império era civilizar a população brasileira, a partir de padrões europeizados de cultura. No Século XX, sobretudo no período que se estende entre a Primeira Guerra e o Pós-Guerra, caracterizou-se pelo (re) surgimento de uma espécie de nacionalismo militante que chamava para si a responsabilidade da “salvação nacional”. Alguns intelectuais que se engajaram nesta proposta pretendiam ser os interlocutores da nacionalidade e os mediadores da formação de uma consciência nacional capaz de promover a civilização das populações brasileiras.

Os anos vinte foram marcados por uma profunda efervescência cultural, as transformações iniciadas no continente europeu devastado pela Guerra, tiveram

profundas repercussões no Brasil. A vanguarda intelectual brasileira deste período começou a romper com as concepções de uma Europa culturalmente coesa. A Guerra mostrou que existia diversas Europas, umas decadentes e outras modernas, essa percepção surtiu grande impacto no Brasil e de certa forma foi um dos impulsos que contribuiu para o movimento Modernista da década de 20 que atingiu o seu ápice com a semana de Arte Moderna de 1922, que se tornou um marco nas reflexões dos caminhos a serem trilhados pela cultura nacional.

O movimento modernista brasileiro possuiu duas fases distintas: nos primeiros anos o movimento modernista possuía uma pretensão claramente universalista que pretendia inserir o Brasil nos quadros da modernidade. Na chamada segunda fase modernista que ocorreu por volta de 1924, o movimento aprofundou numa maior vocação nacionalista e regionalista, que surgiu meio que em oposição ao universalismo dos primeiros tempos do movimento, esta tendência tornou-se cada vez mais forte e contribuiu diretamente para um processo de revalorização da cultura nacional. Nesta segunda fase do movimento modernista alguns intelectuais agrupados em torno de movimentos como o Manifesto Pau-Brasil, o Verde-Amarelo e o Anta entre outros, tinham a pretensão de romper com os padrões culturais importados e propor a valorização da cultura nacional. O Brasil deveria encontrar a sua inspiração interior, buscar se reencontrar na busca de um Brasil interior, por que o Brasil litorâneo padecia pela precariedade de civilização. Em outras palavras a síntese do Brasil perfeito seria a fusão harmônica do litoral com o sertão. A semelhança entre esta pretensão modernista e o discurso modernizador de Getulio Vargas através do ideal da marcha para o Oeste não é mera aparência. Os ideólogos do Estado Novo apropriaram-se de alguns elementos do discurso modernista estabelecendo com ele uma relação de continuidade onde o movimento modernista aparece como prenúncio do Estado Novo. A literatura Regionalista, a Geografia e a História passaram a ser utilizadas como elementos fundamentais do discurso de Vargas para romper com o esquema de interpretação da realidade nacional sustentada na premissa dos dois Brasis, em que as categorias; litoral e sertão apresentam-se de forma excludentes. A construção da pátria brasileira passa a ser vinculada a consolidação do espaço territorial nacional, o que só se tornaria possível a partir da fusão harmônica do litoral com o sertão que se daria com a conquista e a expansão das fronteiras. É justamente desta base representacional que o discurso da Marcha Para o Oeste retira sua força simbólica que lhe garante sustentação e

viabilidade.

A elite intelectual vinculada ao Estado Novo criticou o modelo liberal e os princípios federalistas e forjaram concepções consideradas capazes de combinar a realidade histórica do país com um projeto de “Salvação Nacional”. O Estado Novo ofereceu a possibilidade de participação efetiva dos intelectuais na história política brasileira.

O Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade [...] com o fim de efetivar o poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização do discurso do poder, particularmente ideológico (MICELI, 1979).

O ideal nacionalista estabeleceu o princípio do destino comum entre todos os membros de uma nação. O discurso do poder pretendia criar um sentimento de co-participação do povo brasileiro, estabelecendo uma unidade ético-cultural, política e econômica.

Vargas pretendia criar uma nação brasileira: desenvolvida, integrada e irmanada pelo sentimento de nacionalidade, que deveria ecoar de todos os cantos, até mesmo das regiões mais distantes e remotas do Brasil.

Esta proposta jamais seria objetivada se não existisse uma tradição capaz de legitimá-la. Esta legitimação só se tornaria possível a partir da construção de um imaginário nacional capaz de difundir e de naturalizar os interesses do poder, criando uma leitura do passado capaz de legitimar o presente, apaziguando as divergências regionais e construindo uma memória nacional.

Esta memória nacional naturalizada e difundida em meio aos diversos grupos que formavam a nação era o instrumento ideológico capaz de produzir o desejado sentimento de pertencimento nacional tão caro ao pensamento nacionalista brasileiro. Esta preocupação que era central na era Vargas e, sobretudo no Estado Novo evidencia a importância basilar da atuação dos intelectuais no campo da produção simbólica para a consolidação da dominação varguista sobre o povo brasileiro.

No século XX e mais evidentemente durante a era Vargas a educação passou a assumir o papel central desempenhado pela política no século XIX. A educação passa a assumir uma posição central no discurso político. Ela seria o lugar por excelência onde as possibilidades de desenvolvimentos seriam traçadas e aplicadas à sociedade. Em função desta virada de interesses a educação na década de 30 tornou-se uma questão de segurança nacional, por um lado e por outro uma nova área econômica a ser explorada

pela indústria cultural, o que explica em certo sentido a grande expansão do mercado editorial no período.

Como afirma Sérgio Miceli entre 1930 e 1945 ocorreu no Brasil um processo de centralização autoritária que redefiniu os canais de acesso e de influência dos interesses regionais juntos ao poder central. Este processo de construção de uma burocracia estatal alterou significativamente os mecanismos administrativos (LENHARO, 1996, p. 26). Este processo de institucionalização da administração pode ser evidenciado claramente quando nos atentamos para o grande número de instituições que foram criadas e que entraram em vigor neste período e cujo, a análise de algumas são de fundamental importância para a consolidação deste trabalho.

Os Ministérios da Educação e Saúde Pública, Trabalho, Indústria e Comércio foram criados em 1930, o da Aeronáutica em 1941. Além destes foram criados uma série de organismos diretamente vinculados a Presidência da República: Departamento Administrativo do Serviço Público (1938) Departamento de Imprensa e Propaganda (1939) Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho de Imigração e Colonização (1938), Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939) e o Conselho de Segurança Nacional (1939).

Este grande número de instituições colocadas a serviço da administração pública demonstra um processo crescente de racionalização do aparato político administrativo empreendido pelo poder central. O Estado transforma-se por esta via, na instância suprema de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico.

De acordo com Sérgio Miceli, embora não se possa afirmar que tenha havido uma monopolização por partes dos intelectuais de certas carreiras, constata-se que eles se concentravam em cargos que possuíam padrões salariais mais elevados e que contavam com mais regalias e vantagens na hierarquia burocrática. Os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial ou para a prestação de serviços de consultoria ou até mesmo para desempenhar cargos de confiança junto ao Estado Maior.

Para Miceli o traço mais característico da contribuição desta elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes nas quais se desdobravam as suas atuações, política e cultural. Os intelectuais assumiam a responsabilidade de conservar, difundir e manipular a herança cultural nacional.

É sem dúvida neste contexto que vai tomar forma a concepção de “cultura brasileira”, sob cuja chancela, desde então, se constituiu uma rede de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos. Estas instâncias institucionais de produção e distribuição de bens simbólicos estavam nas mãos de um conjunto de intelectuais que atuavam como ideólogos do regime. Para se ter uma idéia da atuação dos intelectuais no regime dos 30 eleitos para a Academia Brasileira de Letras entre 1930 e 1945, seis deles ocupavam postos no alto escalão do governo e outros doze chegaram a ocupar postos no primeiro escalão em suas respectivas áreas de atuação. Este dado pode nos ajudar a refletir sobre o fato de que grande parte dos intelectuais estava a serviço do regime, ou que a Academia Brasileira de Letras era um órgão meramente político e sem nenhuma credibilidade, pois ao que parece não havia um critério intelectual rígido para se escolher os seus membros. Isto é, se admitirmos que já tenha existido algum critério.

A gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública desde 1934 foi uma espécie de território livre para a atuação ideológica do regime que serviu como paradigma para a ação de alguns intelectuais empossados do direito e da responsabilidade de produzir uma cultura oficial. Capanema convocou para compor o seu ministério alguns conterrâneos que haviam participado do movimento modernista em Minas Gerais, e também convidou figuras ilustres que haviam se destacado nos movimentos de renovação literária e artística dos anos vinte, acatou alguns representantes enviados pela Igreja e cercou-se de um grupo de poetas, arquitetos, artistas plásticos e alguns médicos.

Gustavo Capanema, Ministro da Educação durante o Estado Novo, foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país, assim como pela organização do Ministério da Educação em moldes semelhantes ao que ainda é hoje. O apoio dado por Capanema a grupos intelectuais e, mais especialmente, a arquitetos e artistas plásticos de orientação moderna, contribuiu para cercar sua gestão de uma imagem de modernização na esfera educacional. Apesar de possuir um discurso modernizador uma das características principais de sua gestão, na área educacional, foi sua vinculação com os setores mais conservadores da Igreja Católica no Brasil.

Em consequência desta vinculação a Igreja cessou, durante o Estado Novo, seu ataque tradicional à interferência do Estado nas atividades educacionais, e o Estado, por sua vez, tratou de adotar os preceitos doutrinários e educacionais da Igreja no ensino

publico que ora se implantava. Esta aproximação entre o Estado e a Igreja, possui uma posição estratégica do ponto de vista da aproximação do Estado com a massa populacional que ele representa e para a viabilização dos projetos de salvação nacional que o Estado pretendia por em prática.

A faceta talvez mais significativa da gestão de Capanema no Ministério da Educação, hoje frequentemente esquecida, foi sua íntima associação com os setores mais militantes e conservadores da Igreja Católica naqueles anos, representada por Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca e, como figura central, o Cardeal Leme, do Rio de Janeiro. Não se tratava de mera afinidade filosófica ou ideológica. Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja. Que trabalharia em consulta constante com Alceu Amoroso Lima.

A primeira consequência deste acordo político foi que a Igreja passou a aceitar uma presença muito mais ativa do Estado na educação do que normalmente o faria, o Brasil respirava, naqueles anos, o debate da educação pública, versus educação privada que, oriundo da Europa, marcava a oposição entre os defensores do ensino leigo, universal e público e a Igreja, defensora do ensino privado e confessional.

Na Europa, e na França mais particularmente, este debate se dava no contexto de uma separação estrita entre a Igreja e o Estado, que também prevaleceu no Brasil entre a Proclamação da República e o pacto de 1934. Com este pacto, a Igreja cessou seus ataques à interferência do Estado na Educação, passando a trabalhar para que esta educação tivesse a forma e os conteúdos que ela considerava adequados.

O papel crescente do governo federal na educação teve também como consequência o arrefecimento dos esforços educacionais dos estados, que haviam começado a se esboçar com maior vigor em várias regiões do país ao longo da década de 20 e início dos anos 30. Este não foi, evidentemente, um efeito exclusivo da política do Ministério da Educação, mas parte de um processo muito mais amplo de concentração do poder no Rio de Janeiro e esvaziamento dos estados.

Um dos principais resultados da colaboração entre a Igreja e o Ministério da

Educação foi a grande ênfase dada ao ensino humanista na escola secundária. Em detrimento da formação científica e técnica.

A ênfase no ensino clássico e humanista para o nível secundário se explica pela idéia, então existente, de que caberia à escola secundária a formação das elites condutoras do país, enquanto que as grandes massas seriam atendidas pelo ensino primário ou por escolas profissionais menos prestigiadas.

Dentro do espírito do Estado Novo, o Ministério Capanema tratou de centralizar, tanto quando possível, a educação nacional (é de justiça assinalar que o centralismo não se originou com Capanema, estando também presente na legislação promulgada por Francisco Campos, em 1931, com raízes muito anteriores). Esta centralização foi, sobretudo, normativa. O Estado se sentia na necessidade de fixar, em lei, todos os detalhes da atividade educacional, dos conteúdos dos currículos aos horários de aula, passando pelas taxas cobradas aos alunos. O ideal, uma vez expresso, era repetir no Brasil o orgulho que diziam ter sido de Napoleão, ou seja, o de poder, em seu gabinete, saber a cada momento o que estava ensinando cada professor em qualquer parte do território nacional. A idéia de que as universidades, pelo menos, pudessem ter autonomia, era aceita em princípio desde a legislação promulgada em 1931 por Francisco Campos, mas desde então também cerceada pela noção, hoje tão conhecida, de que elas “ainda não estavam preparadas” para isto. O conteúdo do ensino deveria ser fixado por lei e sua manifestação concreta fixada em instituições-modelo (o Colégio Pedro II e a Universidade do Brasil) que todos deveriam copiar. As instituições de ensino não poderiam crescer aos poucos e ir definindo seus objetivos ao longo do tempo. Mais inaceitável ainda seria a idéia de que elas pudessem evoluir segundo formatos, modelos e conteúdos distintos. Não havia lugar para incrementalismo e muito menos para pluralismo. A ênfase toda era dada na uniformização dos valores nacionais.

A expressão “modernização conservadora”, muitas vezes utilizada para caracterizar o regime Vargas, aplica-se com toda a propriedade a seu Ministro da Educação. A modernização se manifestava em seu desejo de criar um sistema educacional forte e abrangente e na preocupação constante com a atividade cultural e artística. O lado conservador se manifestava de muitas formas distintas: pela concentração do poder, que não permitia a organização de instituições educacionais e culturais livres e autônomas fora da tutela ministerial; pela concepção basicamente estetizante, quando não utilitária, da cultura e das artes.

A música, a poesia, a pintura, o patrimônio cultural do país, tudo isto era, na medida do possível, apoiado e estimulado, mas basicamente como cultura ornamental, ou, alternativamente, como arte monumental capaz de mobilizar os grandes sentimentos cívicos. Este monumentalismo está presente nos grandes projetos arquitetônicos, no muralismo de Portinari, assim como nos grandes corais cívicos de Villa-Lobos.

É provável que esta interpretação não seja correta em todos seus detalhes e que, em sua brevidade, não faça plena justiça a contribuições importantes feitas naqueles anos por Capanema e muitos de seus auxiliares. No entanto, a história não pode ser feita somente pelo relato de ações e méritos isolados, que perdem sentido quando fora de seu contexto mais amplo, que é o que tratamos de retratar aqui. A historiografia brasileira sobre a década de 30 se desenvolveu muito nos últimos anos e isto já proporciona uma visão muito mais rica e complexa daquele período do que a memória nacional, naturalmente seletiva, até agora admitia. Na medida em que esta historiografia avance, interpretações mais aprofundadas irão surgindo, tornando-nos, assim, mais capazes de compreender as mazelas deste período.

Neste processo de expansão estatal, o Estado cooptou um grande número de intelectuais que possuíam orientações políticas até certo ponto bem distintas do plano político do regime. Alguns militantes de organizações de esquerda, quadros de renome da cúpula integralista e porta vozes da reação católica, mas apesar disto havia uma orientação política clara, que os intelectuais a partir das respectivas instituições as quais eles pertenciam tratavam de colocar em prática.

O Estado Novo representa uma frente de possibilidades ideológicas muito grande em seu plano político. Isto se deve as condições históricas e sociais do período, o que deixa claro que não se trata de um regime fascista simplesmente, mas de uma frente política que traz em seu bojo múltiplas orientações ideológicas como o integralismo, o positivismo, o pensamento católico e a própria ideologia fascista. Por tanto enquadrar o Estado novo dentro de um destes modelos é reduzir as múltiplas possibilidades de análise que ele apresenta na sua constituição.

A grande questão que se coloca quando se pensa a construção de um estado autoritário, ao meu ver, é como este projeto foi pensado e executado do ponto de vista prático. No caso do estado brasileiro que começa a ser instituído com Vargas a partir da Revolução de 30 e que tomou sua forma mais concreta com o Estado Novo em 1937, foi um processo que contou diretamente com a construção de um discurso ideológico, que

ao se instituir, foi capaz de legitimar e dar sentido as ações políticas deste Estado.

Deste ponto de vista a força de um regime vem da capacidade de produzir uma representação positiva de si mesmo e de transferir esta realidade imaginada para o conjunto da sociedade que o cerca, ou seja, é um discurso que legitima a prática, pois através da representação que ele constrói, ele cria algo que para os demais se torna uma realidade. Esta idéia de representação que procurei esboçar anteriormente segue em linhas gerais o conceito de representação produzido por Roger Chartier e P. Bourdieu, no qual a representação não é uma realidade fictícia ou uma falsificação da realidade, mas um discurso constituinte da realidade (CHARTIER, 1989). Neste sentido queremos dizer com esta exposição que o real não é algo dado, ou seja, ele não existe aprioristicamente enquanto tal, ele é constituído a partir de uma representação ou de varias representações que se produz sobre ele. A representação é uma parte constituinte da realidade, pois a realidade só aparece a partir de uma representação que se faz dela, neste sentido a representação que o Estado criava sobre a nação através da educação e da propaganda se tornava um dado concreto para os brasileiros. E do ponto de vista prático esta visão ideológica servia aos interesses do poder, pois através deste discurso ele legitimava suas ações.

### Referências Bibliográficas

- ANDERSEN, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel,
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, C. A. M. P. (org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. *O Breve Século XX. 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Unicamp, 1996.
- MENEZES, U. B. *A História cativa da memória? Para um mapeamento no campo das ciências sociais*. *Revista do Instituto de estudos brasileiros*. São Paulo, 1992.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 e 1930)*. Difel, 1979.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Projeto História, dez. 1993.

PEDREIRA, F. S. *A Construção da História Pátria: Política Educacional e Literatura Didática na Era Vargas (1930-1945)*, Brasília, 1993, Dissertação (Mestrado em História).

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Paz e Terra. Rio de Janeiro 2000.

Luiz Carlos Bento

Prof. da UEG/Universidade Estadual de Goiás  
Mestrando em História/UFG - Universidade  
Federal de Goiás.